

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 500.631 - SP (2019/0085002-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : GIULIANO D' ANDREA - SP207309  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : M H DE S C (INTERNADO)

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de M. H. DE S. C., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2021014-45.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela suposta prática do ato infracional análogo ao crime previsto no **art. 345 do Código Penal**, sobrevivendo sentença que lhe impôs a medida socioeducativa de liberdade assistida, pelo prazo de 6 meses (e-STJ, fls. 38/40).

Em virtude da renitência do adolescente em cumprir a referida medida, o Juízo responsável pela execução designou audiência de justificação, sendo o paciente devidamente cientificado sem, contudo, comparecer a mesma. Em consequência, foi decretada a sua internação-sanção, pelo prazo máximo de 3 meses, com fulcro no art. 122, III, da Lei n. 8.069/1990 (e-STJ, fl. 33).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, o qual teve a ordem denegada, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 19):

*HABEAS CORPUS. INFÂNCIA E JUVENTUDE.*

*EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA. DECRETAÇÃO DA INTERNAÇÃO-SANÇÃO. DESCUMPRIMENTO REITERADO E INJUSTIFICADO DA MEDIDA. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL DE QUATRO ANOS. AUSÊNCIA DO PACIENTE NA AUDIÊNCIA PRÉVIA. OPORTUNIDADE CONCEDIDA PARA JUSTIFICAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.*

# Superior Tribunal de Justiça

*PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS À EXTINÇÃO DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL OU ABUSO DE PODER.*

*ORDEM DENEGADA.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/17), a impetrante sustenta que a decisão impugnada impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois não corrigiu ilegalidade patente na determinação de sua internação-sanção. Para tanto, afirma que a medida socioeducativa aplicada encontra-se prescrita, haja vista o decurso de prazo superior a 1 ano e 6 meses desde o último comparecimento do adolescente em juízo, em 30/5/2017, e a sua apreensão, ocorrida em 7/12/2018. Também assevera ser ilegal a decretação da internação-sanção do adolescente, tendo em vista que ele não foi previamente ouvido, o que contraria a orientação da Súmula n. 265/STJ.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a anulação da decisão que decretou a internação-sanção do paciente, bem como da medida socioeducativa de liberdade assistida.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 68/70 e, as informações foram prestadas, às e-STJ, fls. 79/81 e 85/151.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 156/158, opinou pela prejudicialidade do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

Consoante relatado, a impetrante busca a anulação do acórdão que decretou a internação-sanção do paciente, bem como da decisão que lhe aplicou a medida socioeducativa de liberdade assistida, pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 345, do Código Penal.

Consoante as informações prestadas pela Corte estadual, à e-STJ fls. 79 e 149, em sentença datada de 7/3/2019, o Juízo da Vara da Infância e Juventude de Campinas, julgou extinta a medida socioeducativa de

# *Superior Tribunal de Justiça*

internação-sanção aplicada ao paciente, determinando a remessa dos autos à Comarca de origem para retomar à medida socioeducativa anteriormente aplicada.

Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal paulista e consoante informa o parecer ministerial, à e-STJ fls. 157/158, *o Juízo de primeiro grau proferiu decisão em 19/9/2019, decretando a extinção da punibilidade, diante do cumprimento integral da medida socioeducativa de liberdade assistida*, nos seguintes termos:

*"VISTOS.*

*Considerando o teor da cota retro do Ministério Público, bem como o relatório de fls. 195/196, julgo extinta a medida socioeducativa de liberdade assistida imposta ao(à) adolescente MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA CONTI pelo cumprimento.*

*Transitada em julgado esta sentença, façam-se as necessárias anotações e comunicações, arquivando-se os autos com as cautelas de praxe.*

*Servirá o presente por cópia digitada como ofício.*

*P.R.I.C."*

*Conchal. 19 de setembro de 2019.*

Dessa forma, considerando-se que o *mandamus* vindicava a anulação da decisão que decretou a internação-sanção do paciente, bem como da medida socioeducativa de liberdade assistida que lhe foi aplicada, fica patente a perda superveniente do objeto.

Em vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este *habeas corpus* pela perda superveniente de seu objeto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator